

# DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

WERNECK, Eduardo<sup>1</sup>; TIBIRIÇÁ, Sergio<sup>2</sup>

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas de Saúde, Participação Popular, SUS

Pesquisadores, gestores e agentes políticos envolvidos com as políticas públicas de saúde necessitam de bases empíricas abrangentes e confiáveis para delinear tendências e para orientar o curso das ações e das reflexões sobre o sistema de saúde brasileiro. Tais aspirações coincidem com a necessidade de avaliar importantes mudanças ocorridas no setor da Saúde em um período onde, entre muitos eventos, se destacam aquelas diretamente potencializadoras de possíveis alterações na oferta de serviços e na nova legislação do setor. Este trabalho é uma revisão dos conceitos norteadores do Sistema Único de Saúde. Para se construir uma política pública de saúde que possa realmente ser acessível à população, temos de refletir a respeito da forma em que a participação popular foi institucionalizada, bem como suas matrizes doutrinárias. Busca-se, com isso, não só atualizar as informações básicas já levantadas e publicadas, como também aprofundar os conhecimentos sobre questões sobre a representação e a participação popular nas esferas administrativas. A Constituição de 1988 incluiu uma nova relação de direitos e deveres dos cidadãos, expressos nesse caso, na participação legitimada da sociedade nas esferas decisórias da Saúde, os conselhos deliberativos municipal, estadual e federal. Com a municipalização das ações da Saúde local, as Secretarias Municipais de Saúde enfrentam desafio de implementar com equidade uma política pública de Saúde que possa realmente ser acessível à população e que permita ser um dos elementos de reversão dos geradores de exclusão social. Entretanto, essa progressiva transferência de responsabilidades e funções da União e do Estado para o Município, no âmbito do SUS, tem demonstrado, entretanto, que o gestor municipal, na maioria das vezes, está despreparado para assumir tal tarefa. Realidade que não surpreende se considerarmos a forma histórica de organização e participação do nível local no sistema de assistência à Saúde no Brasil. O objetivo do nosso trabalho foi tratar sobre as possibilidades de se construir uma política pública de Saúde que possa realmente ser acessível à população, necessário se faz de refletir na forma em que a participação popular é institucionalizada no sistema de saúde público. A metodologia empregada neste trabalho baseou-se em revisão bibliográfica sobre o tema, leituras nos periódicos locais e entrevistas. Entre as principais conclusões, pode-se afirmar que o exercício da gestão do poder não está sendo apropriado plenamente, pois muitos dos eleitos nem sempre estão interessados na existência de um forte sistema municipal de Saúde, o que é frustrante. Desta forma desviam as verdadeiras funções do SUS local.

---

<sup>1</sup> Graduando Direito/ Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, e-mail: eduwer@hotmail.com

<sup>2</sup> Orientador e Coordenador do curso de Direito das Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, e-mail: sergio@unitoledo.br